



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Projeto de Lei nº 300/2025

Processo Número: **10499/2025** | Data do Protocolo: 07/04/2025 17:51:55



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100390035003100350035003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Projeto de Lei

Dispõe sobre a obrigatoriedade de ressarcimento ao erário estadual dos gastos com deslocamentos de autoridades, servidores públicos e de seus familiares quando não vinculados ao exercício das funções públicas e institucionais, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº ____/2025

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º Ficam os ocupantes de cargos eletivos, os servidores públicos civis e militares da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo obrigados a ressarcir integralmente os cofres públicos estaduais por quaisquer despesas com deslocamentos terrestres, aéreos, fluviais ou por outros meios, realizados às custas do erário e que não estejam estritamente vinculados ao exercício das atribuições inerentes à função pública.

§ 1º A obrigação de ressarcimento se estende às despesas com o deslocamento de familiares do agente público, sempre que tais deslocamentos não estiverem vinculados a missão oficial devidamente justificada nos termos desta lei.

§ 2º Considera-se deslocamento institucional aquele realizado para o cumprimento de agenda oficial de governo ou de interesse público, previamente registrada e publicada em meio oficial de comunicação da administração pública, ou, excepcionalmente, em situações de urgência ou emergência devidamente justificadas e relacionadas ao exercício das funções públicas.

§ 3º Deslocamentos realizados com finalidade de participação em eventos de natureza partidária, político-eleitoral, pessoal, recreativa ou similares não serão considerados institucionais, ainda que o agente público venha a proferir discursos ou realizar manifestações públicas.

Art. 2º Os valores a serem ressarcidos deverão ser apurados pela Controladoria Geral do Estado, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a realização do deslocamento, com base nos custos efetivos do transporte utilizado, devendo ser atualizados monetariamente até a data do pagamento.

Parágrafo único. Em caso de omissão ou atraso no ressarcimento, o débito será inscrito em dívida ativa para fins de cobrança judicial.

Art. 3º A regulamentação desta lei será realizada por meio de decreto do Poder Executivo no prazo de até 90 (noventa) dias após sua publicação, devendo conter:

- I – os critérios objetivos para caracterização da natureza oficial ou particular do deslocamento;
- II – os procedimentos de apuração, cobrança e fiscalização do ressarcimento;
- III – os meios de controle e publicidade dessas informações, em respeito ao princípio da transparência.
- IV – a obrigatoriedade de divulgação, em meio oficial de comunicação, da lista completa das pessoas transportadas em cada deslocamento custeado pelo erário, com a respectiva indicação do motivo e da natureza da viagem.

Art. 4º O disposto nesta lei aplica-se aos deslocamentos realizados por meio de qualquer meio de transporte custeado, direta ou indiretamente, por recursos do Tesouro do Estado, inclusive aqueles operados por estruturas vinculadas à Casa Militar ou a qualquer outro órgão da Administração.

Art. 5º O dever de ressarcimento previsto nesta lei não afasta a apuração de eventual responsabilidade





administrativa, civil ou penal, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo único. A devolução voluntária dos valores não impede a instauração ou o prosseguimento de procedimento de responsabilização, nem constitui causa de exclusão de ilicitude quando configurada a violação aos princípios da Administração Pública.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei tem por objetivo estabelecer uma norma clara e objetiva que assegure o uso responsável dos recursos públicos estaduais, especialmente no que se refere aos deslocamentos de agentes públicos e seus familiares. A medida busca garantir que apenas os deslocamentos estritamente necessários ao exercício das funções públicas possam ser custeados pelo erário.

O interesse público deve ser o princípio norteador de toda e qualquer despesa pública. No entanto, recentes acontecimentos demonstraram a necessidade de se impor limites normativos à utilização de estruturas do Estado para fins alheios à atividade institucional. Como exemplo, destaca-se o episódio envolvendo o Governador do Estado, que utilizou aeronave pública para participar de ato político-partidário no Rio de Janeiro, em março de 2025, ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Tal deslocamento, ainda que justificado formalmente por razões de segurança, não se vinculava, evidentemente, a nenhuma agenda institucional do Governo do Estado de São Paulo, tampouco se relacionava ao exercício das atribuições do chefe do Executivo estadual. Trata-se, pois, de um exemplo de uso de bens e recursos públicos para fins de natureza pessoal e político-eleitoral, o que compromete os princípios da moralidade, da impessoalidade e da eficiência administrativa.

O que torna o episódio ainda mais preocupante é a tentativa de amparar essa despesa no Decreto nº 48.526, de 2004, que reorganiza a estrutura da Casa Militar e lhe atribui, entre outras funções, a responsabilidade pela segurança do Governador. O decreto, todavia, não contém qualquer autorização — explícita ou implícita — para que recursos públicos sejam utilizados em atividades de cunho político-partidário, muito menos para subsidiar deslocamentos que evidentemente não se enquadram nas atribuições institucionais do cargo. Utilizá-lo como justificativa para custear viagens dessa natureza configura um desvio interpretativo inaceitável.

A presente proposta busca vedar, de forma inequívoca, que tais práticas continuem ocorrendo sem responsabilização. Estabelece, ainda, mecanismos para garantir o ressarcimento ao erário sempre que comprovado o desvio de finalidade na utilização de transporte custeado pelo Estado.

Inclui-se também, com razoabilidade, a previsão de ressarcimento nos casos em que familiares do agente público utilizarem transporte público sem finalidade institucional claramente justificada, prevenindo distorções e assegurando que o privilégio não substitua o interesse público.

Com esta medida, pretende-se fortalecer a responsabilidade na administração pública, resgatar a confiança da população na lisura da gestão estadual e reafirmar o compromisso do Estado de São Paulo com a legalidade, a transparência e o respeito ao dinheiro público.

Diante disso, submeto o presente projeto à apreciação desta Casa Legislativa, esperando sua aprovação.

Emídio de Souza - PT



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200320037003200380035003A005000

Assinado eletronicamente por **Emídio de Souza** em 07/04/2025 17:22

Checksum: 0FDBF593A2A03E49FF8E6573149C6E7CD0E122BB6BF5EEDD5AE423E11ACCBFA2



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200320037003200380035003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.